

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O TRABALHO SOCIAL REALIZADO NAS PERIFERIAS DE MANAUS-AMAZONAS

GUIMARÃES_Márcia, MARTINS_Alfa de Jesus
mcccguimaraes81@gmail.com; alfaassis2@gmail.com

GT 1- Formação em economia solidária e extensão universitária

Resumo: A economia solidária diferente da visão capitalista, propõe para a sociedade, o uso coletivo dos recursos no viés de uma economia equitativa. O objeto deste artigo, analisa a economia solidária e o trabalho social desenvolvido nas periferias de Manaus-Amazonas em meio a crise econômica brasileira de 2014 a 2017. Identificando os espaços nas comunidades onde são realizados os trabalhos sociais de apoio as pessoas que encontram-se em vulnerabilidade e risco social; verificando dentro das ações sociais os pontos positivos e negativos para a construção da cidadania e descrevendo as alternativas de melhorias nas atividades de inclusão social com os grupos prioritários. Através da pesquisa de campo com base em relatórios e questionários com perguntas abertas e fechadas referentes a situação social encontrados nas periferias, obtendo-se como resultado, experiências quantitativas e qualitativas, proporcionado por uma abordagem estratégica de representação social frente as mobilizações e núcleos de trabalhos. Constatou-se que para a população menos favorecida, que ainda enfrenta os estigmas gerados pelo sistema de exclusão social, uma esperada construção na prática social e no desenvolvimento humano.

Palavras-chave: economia solidária; trabalho social, crise.

INTRODUÇÃO

A economia solidária no Brasil desde as origens, partiu do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas, podemos então, falar dos embates da sociedade civil frente à crise e ao desemprego estrutural, do terreno onde vão brotar as experiências de economia solidária. No entanto, temos hoje no campo da economia solidária, uma reflexão sobre as condições, onde, porque e como os passos foram dados. Os procedimentos têm suas vantagens e limitações, em sua aplicação na sociedade.

No entanto, no Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão, de ordem teórico político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda, em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

Neste sentido, o presente estudo analisa a economia solidária e o trabalho social desenvolvido nas periferias de Manaus- Amazonas em meio a crise econômica brasileira de 2014 a 2017, levando em consideração os atores sociais. Sendo que, faz-se necessário, identificar os espaços nas comunidades onde são realizados os trabalhos sociais de apoio as pessoas que encontram-se em vulnerabilidade e risco social; verificando dentro das ações sociais os pontos positivos e negativos para a construção da cidadania e descrevendo as alternativas de melhorias nas atividades de inclusão social com os grupos prioritários.

Cabe argumentar, que a construção teórica deste estudo justifica-se na ampla discussão em torno da atuação do assistente social nas periferias, onde este profissional dentro das suas competências e atribuições atua não somente na assistência aos refugiados e suas famílias, na Caritas da Arquidiocesana de Manaus-AM. Sendo portanto, o assistente social, um mediador entre a sociedade civil, igreja e estado.

A relevância deste, ancora-se em um tripé acadêmico, profissional e social, sendo ponto de referência às pesquisas futuras para outros acadêmicos, a fim de compreender a atuação do assistente social no âmbito da economia solidária e o trabalho social.

Para o desvelamento desta pesquisa, a metodologia utilizada como caminho norteador foi primeiro bibliográfica, como instrumentos o uso de referenciais livros, artigos científicos, teses, dissertações entre outros, que subsidiaram o debate e a reflexão para alcançar os objetivos proposto. Em seguida, pesquisa de campo com base em relatórios e questionários com perguntas abertas e fechadas referentes a situação social encontrados nas periferias, obtendo-se como resultado, experiências quantitativas e qualitativas, proporcionado por uma abordagem estratégica de representação social frente as mobilizações e núcleos de trabalhos.

Dessa forma, para que haja uma maior consolidação do debate proposto, apresentam-se questões, que interligam e fomentam para o pleno desenvolvimento deste. Sendo que o tema em debate é a Economia Solidária como prática do assistente social nas periferias de Manaus – Amazonas, e na segunda parte, constituída pelos espaços nas comunidades onde são realizados os trabalhos sociais de apoio as pessoas que encontram-se em vulnerabilidade e risco social; e aborda a ações sociais os pontos positivos e negativos para a construção da cidadania e descrevendo as alternativas de melhorias nas atividades de inclusão social com os grupos prioritários, por meio da análise dos dados coletados na pesquisa, com a exposição de perguntas, respostas e gráficos.

A ECONOMIA SOLIDÁRIA E O SERVIÇO SOCIAL EM DEBATE

O conceito economia solidária aparece pela primeira vez no Brasil em 1993 no livro *Economia de solidariedade e organização popular*, organizado por Gadotti, o autor chileno Luís Razeto, o concebe como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

O termo economia solidária, enquanto “marca política”, começou a ganhar espaço em programas de governo, nas esferas estaduais e municipais, nos anos finais da década de 1990 e no início dos anos 2000. Na esfera do governo federal, a economia solidária passou a ter corpo institucional e orçamento próprio a partir de 2003, já no primeiro ano de mandato do presidente Lula, primeiramente com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), na estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e depois com a inclusão do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento no Plano Plurianual 2004-2007 (Razeto, 1993, p.40)

Os empreendimentos são extremamente variados e dispersos pelo Brasil, mas o fato deles terem ligações com movimentos ou instituições com visibilidade e contatos a nível macro permitiram-lhes aflorar para a consciência social do momento. Em 1997, a Fundação Unitrabalho, toma a decisão de criar um grupo de trabalho de economia solidária e Paul Singer da Universidade de São Paulo - USP. Foram chamados pesquisadores universitários de todo Brasil para participar do grupo. Em janeiro de 1999, após a realização de vários seminários, foi elaborado um projeto de pesquisa de âmbito nacional intitulado *Economia Solidária e autogestionárias em vista de um amplo levantamento desta realidade no Brasil*.

Quanto à economia informal, termo que foi criado na década de 60 no âmbito do Programa Mundial de Emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT, se outrora os analistas a consideravam como um fenômeno transitório ligado ao subdesenvolvimento dos países dependentes, hoje é uma questão que se impôs aos cientistas sociais, políticos e econômicos pela sua persistência e crescimento. No entanto, como aponta (Fields Apud Moretto, 2001, p.104), este setor não pode ser corretamente representado por um setor ou por um continuum, mas por setores Curso de Formação de Formadores para Gestão em Desenvolvimento Sustentável e Solidário qualitativamente distintos. Entre estes setores podemos identificar alguns como o setor da economia familiar, o setor dos micros negócios e, nestes, associações de trabalhadores para a

produção ou prestação de serviços realizada com pouquíssimo ou até sem capital e com a qualidade de haver solidariedade entre seus membros. Ou seja, intelectuais brasileiros retiraram destes conjuntos amplos e heterogêneos que são a economia popular e a economia informal, empreendimentos econômicos que foram colocados em evidência por possuírem algumas características específicas que podem ser resumidas pela qualidade da solidariedade existente entre seus sócios, com a sociedade e com a natureza à sua volta.

A economia solidária é praticada por milhões de trabalhadoras e trabalhadores de todos os extratos, incluindo a população mais excluída e vulnerável, organizados de forma coletiva gerindo seu próprio trabalho, lutando pela sua emancipação em milhares de empreendimentos econômicos solidários e garantindo, assim, a reprodução ampliada da vida nos setores populares. São iniciativas de projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, cooperativas de coleta e reciclagem de materiais recicláveis, redes de produção, comercialização e consumo, instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas autogestionárias, cooperativas de agricultura familiar e agroecologia, cooperativas de prestação de serviços, entre outras, que dinamizam as economias locais, garantem trabalho digno e renda às famílias envolvidas, além de promover a preservação ambiental.

Além disso, a economia solidária se expressa em organização e conscientização sobre o consumo responsável, fortalecendo relações entre campo e cidade, entre produtores e consumidores, e permitindo uma ação mais crítica e proativa dos consumidores sobre qualidade de vida, de alimentação e interesse sobre os rumos do desenvolvimento relacionados à atividade econômica.

Para Laville e Roustang (1999), o conceito de economia solidária proporciona uma ênfase sobre o desejo primeiro da economia social na sua origem de evitar o fosso entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação destas três dimensões que situa-se o essencial da economia social ou solidária. O termo, segundo esses autores, tenta dar conta da originalidade de numerosas iniciativas da sociedade civil que não se encaixam na trilogia legalizada na França das cooperativas, mutualidades e associações. Mas os autores alertam que o termo não é a expressão do que seria desejável fazer. Ele visa muito mais a problematizar práticas sociais implantadas localmente.

Na Europa, os primeiros idealizadores do que Paul Singer (2001) chamou de cooperativismo revolucionário foram os socialistas utópicos, assim nomeados por Karl Marx para diferenciá-los dos socialistas científicos. Segundo Martin Buber, esses lutavam “pelo máximo de autonomia comunitária possível, dentro de uma reestruturação da sociedade” (Buber, 1945, p. 27). Apresenta três pares de pensadores divididos em gerações históricas, o primeiro Saint-Simon e Fourier que nasceram antes da Revolução Francesa e faleceram antes de 1848, o segundo Owen e Proudhon que morreram entre 1848 e 1870 e finalmente Kropotkin e Landauer nascidos após 1870 e falecidos pouco depois da primeira guerra mundial. Para Buber, na primeira fase cada pensador contribuiu com um único pensamento construtivo, Proudhon e seus sucessores realizaram a ampla síntese.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos várias comunidades ou aldeias cooperativas foram criadas no século XIX, mas não conseguiram manter-se por mais de alguns anos, as numerosas experiências de cooperativas operárias lideradas pelo movimento sindical inglês, após vários êxitos e avanços democráticos. Mas chamam-se atenção, sobre o fato que os empreendimentos de economia social surgem geralmente em cachos, sob o impulso de uma dinâmica socioeconômica fruto de uma grande crise econômica (Lévesque, Malo e Girard).

A grande crise dos anos 1873-1895 leva à modernização e a investimentos pesados na agricultura e nos recursos naturais. As cooperativas agrícolas e de poupança foram as soluções de sobrevivência encontradas pelos pequenos produtores. Na França, as associações foram reconhecidas pela lei de 1905, mas foram restritas a trocas não monetárias, a menos que estivessem ligadas à ação dos poderes públicos (Laville, Roustang, 1999). A depressão econômica dos anos 1929-32, provocada por uma crise da regulação concorrencial, após a Segunda Guerra mundial levou a uma intervenção do Estado, dentro das propostas keynesianas, implantando políticas econômicas e sociais. Mas antes disto as cooperativas de consumo e de habitação se constituíram numa das soluções trazidas pelos operários. Após a Segunda Guerra mundial, a economia não monetária (doméstica e de reciprocidade) tinha ficado marginalizada pela expansão do mercado e pela estatização das iniciativas associativas mais dinâmicas. Segundo Laville e Roustang, houve separação entre o social, o econômico e o político.

Neste sentido, propõem-se um debate entre o trabalho e o serviço social, conseqüentemente na base de sustentação, a visibilidade deste processo social constituem-se na formulação de que:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado[...]O que deveria construir na realidade básica do ser social – a sua realização no e pelo trabalho – é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se como tudo, um mercadoria, cuja finalidade vem ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz à única possibilidade de subsistência do despossuído. (Antunes, 2011, p. 144-145)

O assistente social como agente da construção das bases da condução das demandas em meio ao ambiente de trabalho, depara-se também com a situação:

[...]da política social como base de sustentação do serviço social, e do assistente social como instrumento de execução da política social, as reformas do Estado, a precarização e recortes nas políticas sociais, a mudança radical no trato à “questão social”, afetam significativa e expressivamente nossa profissão. (Montaño, 2010, p.245)

Neste contexto, a discussão amplia-se, porém a crescente e emergente demanda na qual o profissional de serviço social depara-se, ligado as alternativas no campo social, a economia solidária tem sido um dos eixos de atuação social, conforme (Singer, 2002, p.9) “ A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir, ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre os iguais em vez do contrato entre desiguais.”

As comunidades onde são localizadas em bairros periféricos de Manaus são trabalhados incentivos a dignidade e cidadania humana; são divididos em grupos de trabalhos tendo como referência a Caritas Arquidiocesana de Manaus localizada na Avenida Joaquim Nabuco, Centro; que atende as demais áreas.

3. ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS COLETADOS

Através da pesquisa de campo com base em relatórios e questionários com perguntas abertas e fechadas referentes a situação social encontrados nas periferias, obtendo-se como resultado, experiências quantitativas e qualitativas, proporcionado por uma abordagem estratégica de representação social frente as mobilizações e núcleos de trabalhos.

Nesta primeira parte foi desenvolvido por meio de cinco perguntas abertas em reunião Grupo de Trabalho pensante. Nas palavras e depoimentos da Assistente Social

quanto a metodologia aplicada no trabalho foi relatado durante a primeira pergunta: Qual o modelo adotado e os passos dados no campo da economia solidária pela Caritas no trabalho social ?

Tendo como modelo de gestor (Jesus Cristo), porém situamos a política Nacional de Economia Solidária pública, fundamentada no projeto de Lei 4685/2012, que institui a Economia Solidária, Fundo Nacional e Fomento e o Sistema Nacional que articula a Economia Solidária, Autogestão, Cooperação, Solidariedade, produção, Comercialização, Consumo sustentado, Cooperação, Associativismo, Agroecologia, campo, Reciclagem, tecnologia Reversa, Relacionamento humano, Valorização e auto estima, Finança Solidária, Fundos Solidários.

Na segunda pergunta aberta: Como você qualifica as iniciativas da economia solidária no Brasil e especificamente em Manaus?

No Brasil desde 2003 a economia solidária vem mostrando seu rosto mesmo que lentamente, sobretudo nas regiões sudeste, sul e Nordeste, com pessoas que trabalham nas lavouras de café, arrozal, agricultores, cooperativas, clubes de mães, artistas de ruas e outras personagens. No Norte aos poucos o aspecto da economia vai tomando sua forma a partir das pequenas iniciativas caracterizadas com artesãs, e pequenos grupos organizados, ressaltando que norte um a dois bom números desses grupos estão ligadas as ações da Igreja Católica com a presença Caritas, com suas ações junto as comunidades ribeirinhas, quilombolas, donas de casas, as quebradeiras de coco, pescadores enfim são pessoas que estão fora do mercado formal, e agora temos em Manaus a situação dos haitianos e venezuelanos e demais refugiados, que buscam abrigo, moradia e emprego. Trabalhamos diariamente com esta demanda, pois temos dificuldade de inseri-los no mercado de trabalho devido a crise econômica e financeira, como também a concorrência do mercado de trabalho e a qualificação profissional.

Dando continuidade foi apresentado na terceira pergunta: Quais são características dos grupos acompanhados da economia solidária e como se organiza os grupos?

Os grupos de Economia Solidária caracterizam-se por concepções e práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano na sua integralidade ética e lúdica e como sujeito e finalidade da atividade econômica, ambientalmente sustentável e socialmente justa, ao invés da acumulação privada do capital. Essa prática de produção, comercialização, finanças e consumo, privilegia a autogestão, a cooperação, o desenvolvimento comunitário e humano,

a satisfação das necessidades humanas, a justiça social, a igualdade de gênero, raça, etnia, acesso igualitário à informação, ao conhecimento e a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e responsabilidade com as gerações, presente e futuro, construindo uma nova forma de inclusão social com a participação de todos.

Conforme a situação, na quarta pergunta apresentada no âmbito da sobrevivência humana. Como são realizados as ações junto aos grupos prioritários (refugiados, indígenas, negro, ribeirinhos, mulheres, crianças, adultos, e outros)?

Os agentes formadores ou educadores popular, de economia popular solidária dever ser pessoas com capacidades de resiliência, humano, crítico, que tenham clareza dos objetivos e princípios que caracteriza a EPS, que tenham uma atuação junto aos movimentos sociais, capaz de dialogar, na interdisciplinaridade diversidade e recorte de gênero pessoas capaz de criar uma mística integradora geradora de vida, que valoriza as cultura e saberes regionais, com um olhar empreendedor capaz de transformar e criar alternativas diante de rejeitos e descartável, com postura de contrapor estrategicamente com o mundo capitalista sem fragmentar ou coisificar as pessoas a sociedade e o ambiente.

De acordo com os princípios da economia popular solidária, os aspectos que ajudam identificar os empreendimentos econômicos solidários?

É importante observarmos três aspectos que contribui compreender onde se desenvolve as praticas sociais de economia solidária:

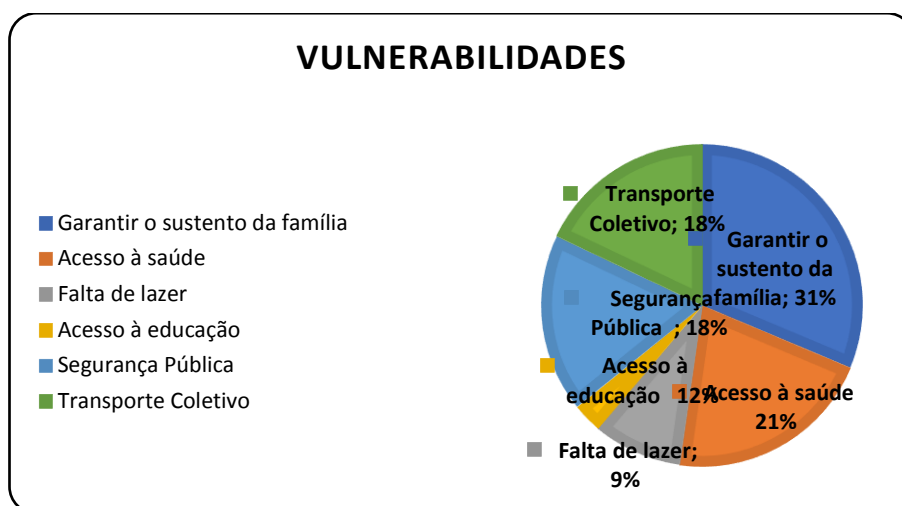
O aspecto Político, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas.

O aspecto Cultural, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas. Neste aspecto, também simbólico e de valores, estamos falando de mudar o paradigma da competição para o da cooperação da inteligência coletiva, livre e partilhada.

O aspecto Econômico, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação, o que chamamos de autogestão: ou seja, na Economia Solidária não existe patrão nem empregados, pois todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos.

Portanto, são as formas de organização e produção coletiva, auto gerenciários, participação nos espaços de controle de políticas públicas, formação continuada, o aspecto solidário e cuidado com o consumo solidário e sustentável, o cuidado com a cadeia de produção e com o outro, processo de integração valorização e promoção do ser humano, respeito a cultura e costumes de cada ser, garantia da segurança e o direito a vida e o bem viver.

Dando continuidade a apresentação dos dados coletados o gráfico 1, a seguir apresenta o quantitativo de necessidades humanas diariamente são buscadas na Caritas, com 31% garantir o sustento da família, acesso à saúde, transporte e segurança 18%, acesso à educação 12%, falta de lazer 9%.



Fonte: Caritas 2018

No entanto, a busca ativa entorno dos grupos de trabalho com abrangência as principais dificuldades em se ter um número certo a procura por amparo em situação de vulnerabilidade e risco social, pois as desigualdades sociais são as principais causas, é fato constante do desemprego que acentua-se e encontra-se na má distribuição de renda, pois a situação de pobreza e falta de moradia são realidades bem próximas.



Fonte: Caritas 2018

Em relação a situação trabalhista, no gráfico 2 acima, quanto ao sustento familiar, foi detectado: empregado assalariado apresentam 3% empregada doméstica 6%, empregado por comissão, estagiário e bolsista, dono de negócio 0%, autônomo 53%, não trabalha 38%.

Tanto os grupos de trabalho quanto as principais lideranças das comunidades, da sociedade civil encontram entraves na execução de programas e projetos sociais, devido a dificuldade de trabalhar determinadas demandas que encontram-se fragilizadas, vitimizadas, estigmatizadas pela própria sociedade. O que conseguem realizar no campo da assistência social, com apoio de movimentos e lutas sociais, frente aos desafios da múltiplas faces das expressões da questão social, gradativamente, aumenta a quantidade de refugiados, com a demanda no campo da saúde, especificamente da imunização através da vacinação, tanto da população que chega quanto da que mora em Manaus. Também são sinalizados o aumento de abrigos e as constantes doações, porque sendo Manaus um dos lugares de destino dos refugiados o acolhimento social e orientação ao destino que as famílias pretendem fazer frente a sua realidade é desesperador.

Para tanto, este estudo buscou através da coleta de dados fomentados pelas perguntas e repostas juntos a assistente social e seu grupo de trabalho um aprofundamento sobre a economia solidária e apresentou-se o interesse em continuar os trabalhos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se que neste estudo sobre a economia solidária e o trabalho social realizado nas periferias de Manaus-Amazonas, constituem um campo de pesquisa relevante e enriquecedor, porque como observadores e pesquisadores, neste universo que envolve os atores sociais, agentes de transformação na sociedade contemporânea.

Para a população menos favorecida, que ainda enfrenta os estigmas gerados pelo sistema de exclusão social, busca-se uma esperada construção na prática social e no desenvolvimento humano.

Economia Solidária como superação da pobreza, da fome, do abandono, da desigualdade social, idealizados pelos teóricos como Singer e outros, são os pontos positivos, pois, durante a pesquisa realizada com a assistente social os dados coletados foram relevantes para a construção deste estudo e objetivando um espaço que desperte atenção. Tanto nos aspectos colocados como: o político, cultural e econômico, envolvem

trabalho e mais atenção porque a economia solidária parte do coletivo para o coletivo, a cada decisão tomada influência na vida de todos, é uma forma de ver o mundo olhando para quem este ao nosso redor, mora e compartilha do mesmo ar que respiramos e da mesma água que bebemos.

REFERÊNCIAS

3ª CONAES Conferências temáticas Documentos Finais. 2014

3ª CONAES, Texto de Referência. Brasília, 2014

A CHAMADA ECONOMIA POPULAR EM DEBATE, Cadernos do CEAS, n. 153, p. 59-69, 1994 .

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ARRUDA, Marcos. [12/1996, revisto em 99], Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa.

ARRUDA, Marcos; QUINTELA, Sandra. Economia a partir do coração. In: SINGER Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs). A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000. p. 317-332.

Balanco de programas e ações de Economia solidaria no Brasil. Maio de 2012

BERNARDO, João. A economia dos conflitos sociais. Expressão Popular.SP. 2009.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: O poder simbólico. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Perspectiva, 1945.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: Encontro Nacional de Economia. Anais. Belém: Anpec, v. 3, p.2059-2074, 1999.

CHAVES, Ávila Rafael. La economía social como enfoque metodológico, como objeto de estudio y como disciplina científica.

CIRIEC-ESPAÑA, n. 33, p. 116-139, 1999. DAL RI, Neusa M.; VIEITEZ, Candido G. A economia solidária e o desafio da democratização das relações de trabalho no Brasil. In: ____ (org.) Economia solidária. São Paulo: Arte e Ciência, 1999.

Conferência sobre Globalização e Cidadania, organizado pelo Instituto de pesquisa da ONU para o desenvolvimento social.

Conferência Temática de Economia solidaria, Educação e Autogestão. Brasília, abril/2014

DEFOURNY, Jacques. Entrevista concedida a Noëlle Lechat pelo Diretor do Centre d'Études Sociales. Liège, 15 jun. 2001.

Documentos:

Economia Solidaria e Educação de Jovens e Adultos. INEP-MEC. Brasília 2005

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 2. ed. SP: Atlas, 1991.

III CONAES. Caderno de orientações metodológicas. Brasília. CNES-SENAES- 2014

In: _____ e BOFF, Leonardo. Globalização: desafios socioeconômicos, éticos e educativos: uma visão a partir do Sul. Petrópolis: Vozes, 2000a. p.49 - 102.

LAKATOS, Eva e Marconi, Marina. Metodologia do Trabalho Científico. SP : Atlas, 1992.

LINERA, Alvaro Garcia. A Potência Plebeia. Boitempo editorial/Clacso, 2010.

MARIATEGUI, J.C.Os Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana. SP: Editora Expressão Popular/Clacso, 2008.

MARX, Karl. La Guerra civil em Francia. Moscou: Editorial Progresso, 1977.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NASCIMENTO, Claudio. Do beco dos sapos, pelos canaviais de Catende, aos Caracóis de Nuestra America: Autogestão, poder comunal, socialismo. Digitado, 2010.

PANNEKOEK, Anton. Les Conseils Ouvriers. Paris, 1982.

PATZI, Félix. Sistema Comunal, una propuesta alternativa al sistema liberal. La Paz: CEA, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Pteseua Abramo, 2002.

SADER, Emir. A Nova Toupeira. Boitempo editorial, 2009.